

Trajetória do mercado de trabalho em Porto Alegre de 2000 a 2015*

Jorge Augusto Silveira Verlindo**

Patrícia Klaser Biasoli***

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pesquisador da Fundação de Economia e Estatística (FEE)
Doutoranda em Sociologia pela UFRGS, Pesquisadora da FEE

Resumo

Este artigo tem como objetivo descrever as principais tendências do mercado de trabalho dos residentes na cidade de Porto Alegre no período de 2000 a 2015, traçando, quando necessário, um paralelo com o desempenho do mercado de trabalho dos residentes nos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Os dados utilizados são provenientes da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). A análise busca avaliar o nível ocupacional, as taxas de desemprego e os setores de atividade econômica em Porto Alegre, principal polo econômico e de mercado de trabalho da RMPA. Na análise do nível ocupacional, o trabalho destaca três pontos: as características sociodemográficas dos ocupados, o incremento do nível no período, explicado pelo assalariamento, e a evolução da formalização do trabalho na Capital e nos demais municípios da RMPA. Devido à importância econômica da Capital na RMPA, o trabalho também apresenta a mobilidade pendular entre Porto Alegre e os demais municípios da RMPA.

Palavras-chave: mercado de trabalho; formalização; Porto Alegre

Abstract

This article aims to describe the main trends of the labor market of the residents of the city of Porto Alegre between 2000 and 2015, drawing, when necessary, a parallel between such labor market and that of other residents of the municipalities in the Metropolitan Area of Porto Alegre (RMPA). The data used are from the Employment and Unemployment Survey in the Metropolitan Area of Porto Alegre (PED-RMPA). The analysis seeks to evaluate the employment level, the unemployment rates and the sectors of economy in the period between 2000 and 2015, in the city of Porto Alegre, the main economic hub and labor market in the RMPA. As regards the employment analysis, this paper highlights three points: the sociodemographic characteristics of the employed workers, the improvement of the level in the period, explained by wages, and the evolution of the formalization of work in Porto Alegre and the other municipalities of the RMPA. Because of the economic importance of the city in the RMPA, this paper also shows the residents' dynamic daily occupational mobility between Porto Alegre and the other municipalities of the RMPA.

Keywords: labor market; formalization; city of Porto Alegre

* Artigo recebido em 25 abr. 2016.
Revisora de Língua Portuguesa: Tatiana Zismann

** E-mail: verlindo@fee.tche.br

*** E-mail: patricia@fee.tche.br

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as tendências do mercado de trabalho em Porto Alegre, no período de 2000 a 2015, utilizando como fonte os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). Além disso, para contextualizar a importância da Capital no mercado de trabalho da RMPA, o estudo apresentará algumas informações sobre os demais municípios da RMPA (DM-RMPA)¹ no mesmo período de análise. Esses dados referem-se apenas aos residentes na Capital e nos demais municípios da Região. Esses residentes podem desempenhar suas atividades em qualquer outro município que não seja o de sua moradia. É importante ressaltar que serão utilizados dados de Porto Alegre e dos DM-RMPA devido à maneira como são agregados os dados na pesquisa PED, e não por uma escolha metodológica, ou porque se pensa que são regiões homogêneas e com características próprias, ao ponto de configurarem dois tipos de mercados de trabalho. Trata-se, portanto, de uma limitação dos dados disponíveis em que há amostra suficiente para dados da Capital, mas não para cada um dos municípios que compõem a região metropolitana. Assim, para compararmos Porto Alegre com os DM-RMPA, é necessário que se tenha números correspondentes a esses últimos, e isso só é possível quando se toma o total da RMPA e, então, se subtrai os dados da Capital. Contudo, mesmo que seja resultado de agrupamentos artificiais, os dados referentes à cidade de Porto Alegre estão separados dos DM-RMPA, o que permite determinar com maior grau de proximidade o peso relativo da Capital na totalidade da RMPA e quais as diferenças na composição e na estrutura de mercados de trabalhos entre a Capital e as demais cidades da RMPA. Por vezes, alude-se à RMPA total exatamente para discriminar a proporção de Porto Alegre na Região e assim se ter uma ideia mais precisa de qual o papel do município no mercado de trabalho da RMPA. O trabalho não tem como objetivo um panorama da evolução do mercado de trabalho da RMPA em conjunto, visando somente à Capital.

Outro ponto importante a se destacar é a periodização utilizada no estudo. Por vezes, enfatiza-se subperíodos e, em outras, toma-se o período 2000-15. Nas seções abaixo, analisam-se os subperíodos ou pequenos ciclos dentro do período 2000-15, porque nem sempre se observa uma tendência única de crescimento ou decréscimo da variável ou indicador em estudo. Também se coloca o resultado do final do período (2015) em confronto com os dados do início da série (2000) para que se tenha uma síntese ou ideia de conjunto sobre qual foi o resultado ao longo desses anos depois das oscilações mostradas em mais detalhes nos subperíodos. Outra questão relevante é tomar em consideração o período em sua totalidade (o final comparado com o início) porque se pretende destacar se houve alterações estruturais no mercado de trabalho.

Durante os anos 90, em um cenário de abertura e de reformas econômicas, com baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a situação do mercado de trabalho brasileiro foi caracterizada por elevados índices de desemprego e de precarização das relações de trabalho. A partir de 1994, o plano de estabilização expôs a estrutura produtiva do País a novos parâmetros concorrenciais. Isso combinado com a valorização cambial que vigorou até 1998 trouxe uma série de mudanças nas empresas, entre as quais, o aumento da terceirização de atividades e a redução de níveis hierárquicos. Em conjunto, essas modificações internas e de gestão passaram a ser conhecidas como um processo de reestruturação produtiva. Tais mudanças refletiram-se no mercado de trabalho: (a) em seu aspecto quantitativo, com desdobramentos sobre a situação do emprego, particularmente o industrial; (b) em seu aspecto qualitativo, com mudanças nas relações de trabalho. Nesse segundo aspecto, diversos estudos passaram a identificar como consequências da reestruturação produtiva um processo de precarização do trabalho, pois houve diminuição considerável de proteção social dos trabalhadores (Baltar, 2003; Dedecca, 1998; Mattoso, 1999; Pochmann, 1999; Toni, 2006). A década de 90 foi, portanto, em vista dessa dinâmica, marcada por políticas macroeconômicas, e se caracterizou pela queda do trabalho assalariado e pela escassez de geração de empregos formais. Verifica-se, nesse período, um aumento expressivo do número de autônomos, de empregados domésticos e de trabalhadores sem carteira assinada, ou seja, ocupações consideradas mais precárias, com predominância de relações de trabalho desprotegidas. A informalidade atingiu o País e, conseqüentemente, uma significativa parcela da População Economicamente Ativa (PEA) na Região Metropolitana de Porto Alegre.

¹ Ao se mencionarem os demais municípios da RMPA, exclusive Porto Alegre, utilizar-se-á, de ora em diante, a notação DM-RMPA para se referir aos municípios pertencentes à Região Metropolitana de Porto Alegre analisados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, exclusive Porto Alegre (Alvorada, Araricá, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Triunfo e Viamão).

A partir dos anos 2000, houve inversão da tendência de precarização do trabalho que ocorreu nos anos 90. O mercado de trabalho passa a ser mais organizado e mais protegido, com aumento da formalização do vínculo empregatício em detrimento das ocupações informais, ou do segmento não organizado².

Ao longo do período analisado, em particular entre 2004 e 2010, verificou-se a retomada do crescimento econômico, com incremento do nível de emprego, sobretudo o formalizado, e também o aumento da renda. Destaca-se, nesse novo contexto econômico, a importância da política de valorização do salário mínimo e da política de transferência de renda. A taxa de formalização reverteu a situação negativa que existia anteriormente e a taxa de desemprego diminuiu sistematicamente (Freire, 2006; Moretto; Krein, 2005; Passos; Ansiliero; Paiva, 2005).

Nesse contexto de melhoria do mercado de trabalho, busca-se traçar um panorama da evolução e da dinâmica do mercado de trabalho na Capital quanto às formas de inserção ocupacional. Tem-se por finalidade traçar um perfil da ocupação em Porto Alegre, comparando-o com os demais municípios da RMPA quando necessário, com um enfoque sobre a estrutura ocupacional, investigando-se mais detalhadamente como ocorreu o aumento da qualidade dos empregos que foram gerados e as divergências ocupacionais observadas ao se comparar o mercado de trabalho da Capital com os DM-RMPA.

Para a compreensão das mudanças da força de trabalho ocorrida de 2000 a 2015, faz-se necessária a análise por características sociodemográficas para apreender as alterações no mercado de trabalho em diferentes recortes. Para o entendimento das formas de inserção no mercado de trabalho, foram selecionados os seguintes indicadores: taxa de participação, taxa de desemprego e nível ocupacional. Posteriormente, a preocupação recai sobre as diferentes formas de inserção ocupacional, considerando-se a formalização e os setores de atividade econômicas dos ocupados tanto pelos residentes em Porto Alegre quanto para os residentes nos demais municípios da RMPA. A maioria da população ocupada da RMPA exerce sua atividade na Capital e parcela importante dos ocupados reside em outras cidades da Região. Um dado que podemos captar, portanto, é a migração pendular³ de trabalhadores entre os DM-RMPA e Porto Alegre. O trabalho destaca também as diferenças de rendimentos nessas duas localidades analisadas.

Para tais propósitos, serão abordados inicialmente aspectos da taxa de participação, taxas de desemprego e ocupação, considerando-se recortes por características sociodemográficas. Em seguida, serão analisadas as formas de inserção ocupacional em diferentes setores de atividade, mostrando as diversidades existentes entre os ocupados que trabalham e residem em Porto Alegre em comparação ao restante da RMPA. Por fim, procurar-se-á analisar a mobilidade pendular e as diferenças de rendimentos conforme o local de residência.

Comportamento da taxa de participação

A taxa de participação refere-se à proporção de pessoas incorporadas ao mercado de trabalho, seja na condição de ocupados ou na de desempregados. Em outros termos, essa taxa é a relação entre a População Economicamente Ativa — ocupados e desempregados — e a População em Idade Ativa (PEA/PIA). A taxa de participação mede, portanto, a parcela da força de trabalho efetivamente mobilizada no mercado de trabalho em relação ao total potencial.

A taxa de participação⁴ no mercado de trabalho por parte dos residentes em Porto Alegre é menor que a taxa dos residentes nos DM-RMPA desde os anos 90 (Follador; Soares, 2002). Analisando-se o comportamento da taxa de participação de 2000 a 2015, observam-se oscilações ao longo do período, com tendência de redução. A taxa, na Capital, passou de 58,2% em 2000 para 54,1% em 2015 (-4,1 p.p.) e nos DM-RMPA reduziu de 59,3% para 55,0% (-4,3 p.p.). Se considerarmos todo o período (2000-15), houve redução da taxa de participação tanto na Capital como nos DM-RMPA (Gráfico 1).

² Sobre a formalização, ver a coletânea sobre a estruturação do mercado de trabalho da RMPA na primeira década do século XXI publicada pela FEE em 2013 (Bastos, 2013), especialmente o artigo de Arandía (2013). As fontes e a sustentabilidade para esse processo de formalização são discutidas por Cardoso Júnior (2007).

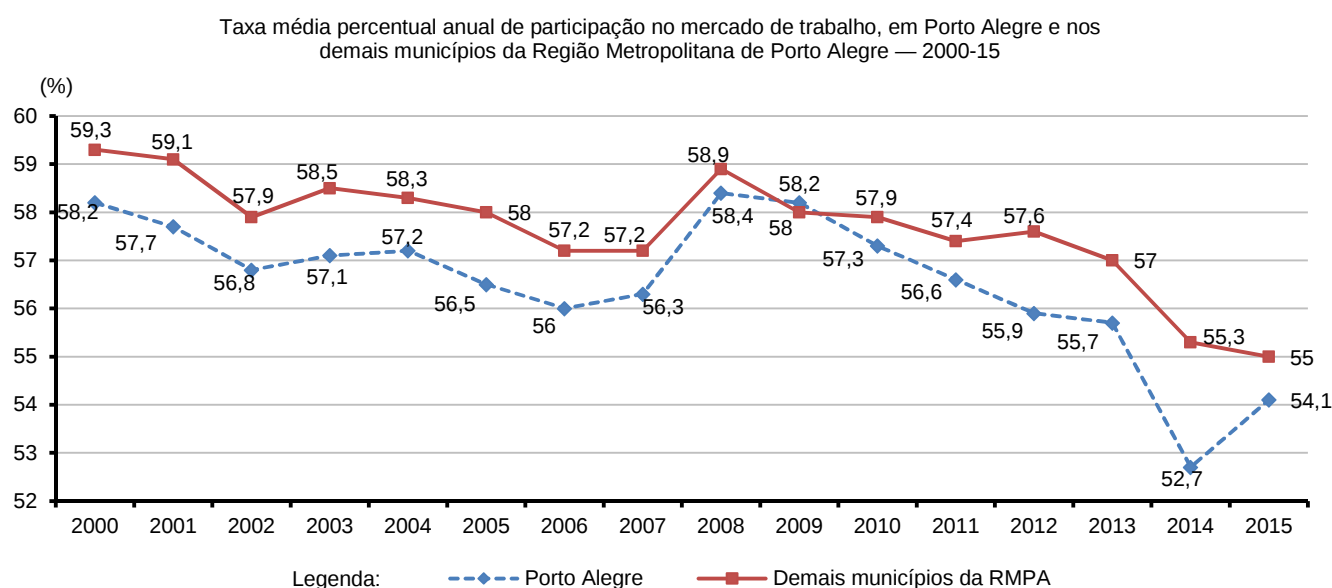
³ Migração pendular refere-se à mobilidade das pessoas em um contexto regional e se dá quando o município de residência é diferente daquele no qual a pessoa informa como local de trabalho ou estudo. Essa modalidade é também denominada como “deslocamento”, por se considerar que ao trabalhar ou estudar em municípios distintos, o movimento possui uma regularidade cotidiana (Ojima; Pereira; Silva, 2008).

⁴ A taxa de participação refere-se à proporção de pessoas incorporadas ao mercado de trabalho, seja na condição de ocupados ou de desempregados, medindo a parcela da força de trabalho efetivamente mobilizada no mercado de trabalho em relação ao total potencial. Em outros termos, essa taxa é a relação entre a População Economicamente Ativa (PEA) — ocupados e desempregados — e a População em Idade Ativa (PIA).

Em 2008 (ano de forte crise financeira mundial), registra-se um pico da taxa, tanto na Capital (58,4%) como nos DM-RMPA (58,9%). No ano seguinte, o comportamento é revertido e a taxa de participação do Município de Porto Alegre supera a dos DM-RMPA, ano em que o Estado do RS passou por uma forte recessão em decorrência da crise econômica global de 2008. De fato, o PIB gaúcho decresceu 0,4% naquele ano (Fantinel; Agranonik, 2012).

Nos anos seguintes, a taxa de participação da Capital volta a ser inferior a dos DM-RMPA e ambas registram uma tendência de queda até 2014. Nesse ano, a taxa da Capital atinge o menor valor do período analisado (52,7%), uma redução de 3,0 p.p em relação ao ano anterior, representando retração do grau de engajamento da PIA no mercado de trabalho de Porto Alegre. Em 2015, a taxa de participação de Porto Alegre sobe para 54,1%, invertendo a tendência de queda registrada desde 2009. Esse aumento reflete um comportamento anticíclico no momento de crise, em oposição ao comportamento de 2014. Enquanto nos DM-RMPA se registra uma retração menos acentuada e contínua da taxa de participação de 2009 a 2015, ela se situou em 55,0% em 2015 (Gráfico 1).

Gráfico 1



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, Seade, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

Movimento do desemprego

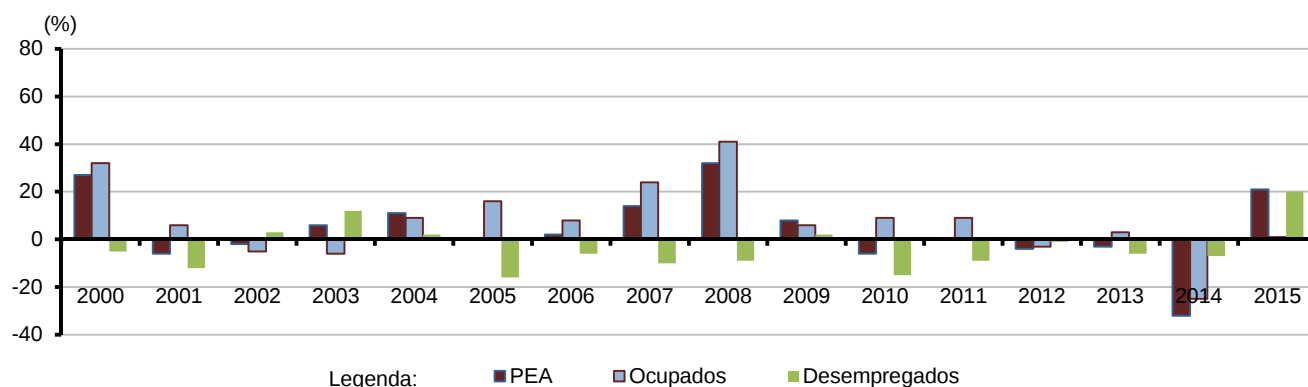
A análise das taxas de desemprego, ao longo do período enfocado, revela um comportamento que acompanha, de certo modo, a conjuntura econômica, uma vez que a taxa de desemprego é considerada um indicador que sintetiza a situação do mercado de trabalho em sua interface com a atividade econômica. Considerada no período enfatizado neste estudo, houve redução da taxa de desemprego de 2000 a 2015 em Porto Alegre e no DM-RMPA.

A taxa de desemprego apresenta uma clara tendência de queda entre 2004 e 2014 e uma elevação em 2015. Esse desempenho reflete as oscilações e interações ocorridas entre a força de trabalho, determinada pela PEA, e a demanda por trabalho, determinada pelo nível de ocupação.

Quando se considera a PEA, a força de trabalho em Porto Alegre cresceu pouco nesses 16 anos: ela passou de 692 mil indivíduos em 2000, para 733 mil indivíduos em 2015 (crescimento de 5,9%). O número de ocupados cresceu muito mais (15,9%), com o acréscimo de 93 mil novos postos de trabalho, e houve uma redução expressiva do contingente de desempregados nesse período (-48,6% ou 52 mil). O crescimento no contingente de ocupados (93 mil), em número superior aos novos ingressantes da PEA (41 mil), contribuiu para a queda extraordinária da taxa de desemprego no período 2000-15 (Gráfico 2). Contudo, nos DM-RMPA, nesse mesmo período, registra-se crescimento de 14,3% ou 151 mil pessoas da PEA. Dessa forma, observa-se que, nos últimos 16 anos, a força de trabalho dos DM-RMPA cresceu mais do que a de Porto Alegre (Gráfico 3).

Gráfico 2

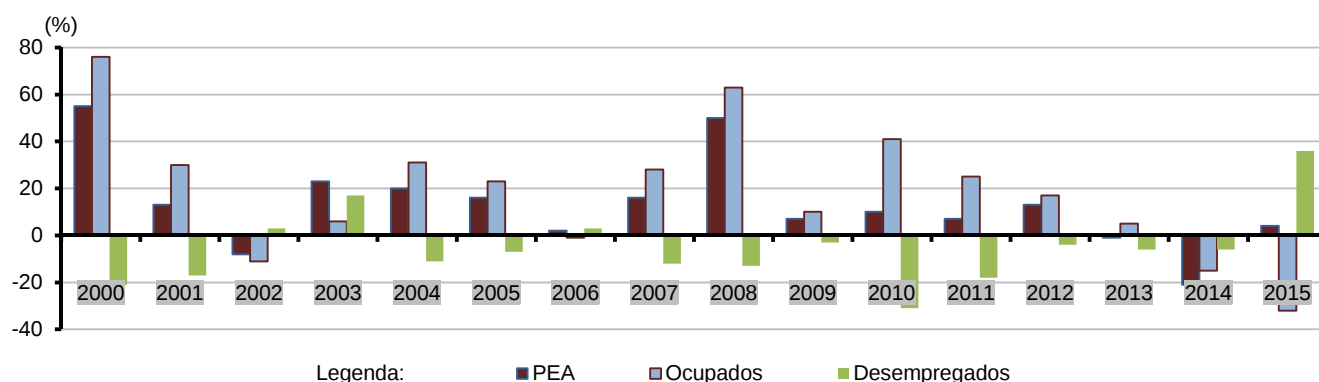
Variações absolutas anuais dos contingentes de ocupados e de desempregados da População Economicamente Ativa (PEA) em Porto Alegre — 2000-15



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, Seade, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

Gráfico 3

Variações absolutas anuais dos contingentes de ocupados e de desempregados da População Economicamente Ativa (PEA) nos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-15



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, Seade, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

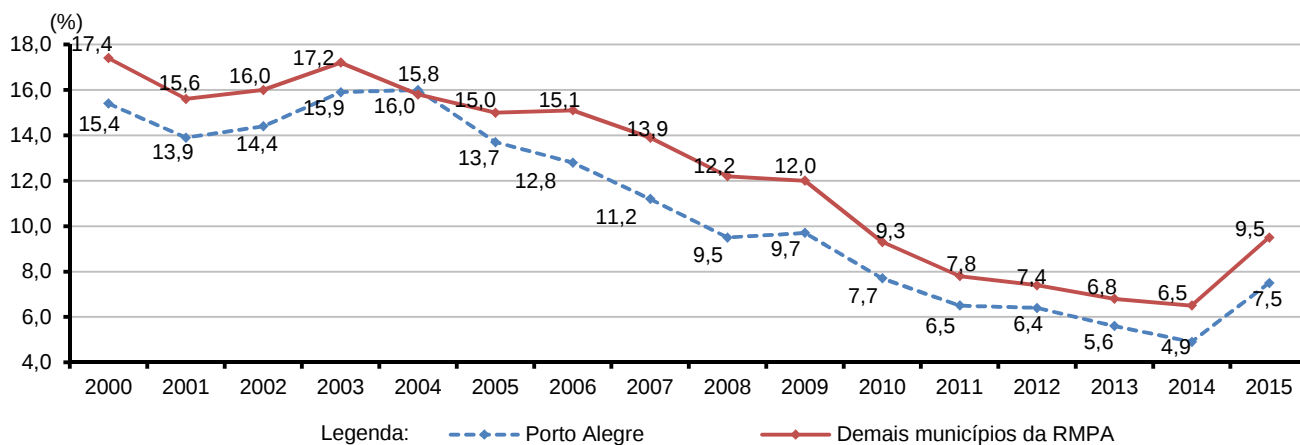
A taxa de desemprego em Porto Alegre é, historicamente, inferior à dos demais municípios da RMPA, exceto em 2004, quando as taxas ficaram praticamente iguais. A **taxa de desemprego total** de Porto Alegre teve comportamento oscilante de 2000 a 2003 e um movimento declinante após 2004, quando atingiu a marca de 16,0%. A partir de então, desempenhou uma trajetória de redução, chegando ao patamar de 4,9% em 2014, a mais baixa de toda a série histórica, iniciada em 1993.

A queda do desemprego nos DM-RMPA é registrada desde 2000, quando atingiu 17,4%, o maior valor do período analisado. A partir de então, apresentou um comportamento de retração até 2014, quando se situou em 6,5%. Em 2014, tanto na Capital como nos DM-RMPA, observa-se uma menor taxa de desemprego no período em análise devido à saída de pessoas do mercado de trabalho ter sido maior do que a queda ocupacional, em uma magnitude nunca antes registrada (Gráfico 4).

Em 2015, a taxa de desemprego aumentou para 7,5% na Capital e para 9,5% nos DM-RMPA, mas o comportamento do mercado de trabalho foi distinto entre as entre a Capital e demais municípios em relação aos fatores que levaram ao aumento da taxa: nos DM-RMPA, o fator principal foi a redução na ocupação, enquanto que, em Porto Alegre, foi devido à elevação da PEA (Gráficos 2 e 3).

Gráfico 4

Taxas médias anuais do desemprego total em Porto Alegre e nos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) — 2000-15



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, Seade, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

NOTA: A taxa de desemprego total é composta pela soma das taxas de desemprego aberto e oculto.

Dadas as características estruturais do mercado de trabalho no Brasil, a situação de desemprego pode ser de desemprego aberto ou oculto conforme metodologia da PED (Quadro 1). Em 2000, a taxa de **desemprego aberto** era de 10,0% no Município de Porto Alegre, reduziu em 2001, passando a subir até 2003, quando começa a registrar uma tendência de queda contínua, chegando ao patamar de 4,4% em 2014. Porém, volta a subir em 2015, atingindo 6,5%, acompanhando a tendência de elevação do desemprego total.

Quadro 1

Conceitos de desemprego da Pesquisa de Emprego e Desemprego

Desemprego aberto	Pessoas sem trabalho nos sete últimos dias e com procura de trabalho efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista.
Desemprego oculto pelo trabalho precário	Pessoas que realizaram, nos últimos 30 dias, algum trabalho casual de auto-ocupação (atividades remuneradas eventuais e instáveis) ou trabalho não remunerado de ajuda a negócios de parentes e que procuraram substituir este trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, por meio de providências concretas para obter um emprego assalariado ou um trabalho regular de auto-ocupação. Incluem-se também pessoas que, não tendo procurado trabalho neste período, o fizeram, sem êxito, até 12 meses atrás, por pelo menos 15 dias.
Desemprego oculto pelo desalento	Pessoas sem trabalho e com disponibilidade e necessidade de trabalhar no momento da pesquisa, porém sem procura efetiva de trabalho por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas que apresentaram procura de trabalho, por pelo menos 15 dias, nos últimos 12 meses.

FONTE: Pesquisa..., 2009, p. 35.

A taxa de **desemprego oculto** na Capital era de 5,4% no ano 2000 e apresentou uma redução suave, tornando-se residual no final da primeira década do século XX, chegando a 0,9% em 2012, para, finalmente, atingir um grupo de pessoas diminuto o suficiente para que a taxa sequer pudesse ser calculada em 2013 e 2014. Porém, no cenário adverso da atividade econômica em 2015, a taxa de desemprego oculto em Porto Alegre voltou ao patamar de 2011 (1,0%).

O desemprego pode ser oculto por trabalho **precário** ou por **desalento**, apresentando maior magnitude no primeiro caso. Em Porto Alegre, a taxa de desemprego oculto por trabalho **precário** apresentou comportamento variável entre 2000 e 2003. Em 2004, era 3,5%, reduzindo-se lentamente até 0,7% em 2011. A taxa de desemprego oculto por **desalento** sai de um patamar de 2,0% em 2000 para 0,8% em 2009.

Considerando-se que o desemprego é mais expressivo nos demais municípios da RMPA do que na Capital, a taxa de desemprego oculto teve um desempenho similar à cidade de Porto Alegre. O maior valor nos DM-RMPA foi observado em 2000 (6,6%). A partir de então, observa-se um período de decréscimo até 2014, quando atinge 0,9%. Em 2015, identifica-se uma elevação para 1,3% (Tabela 1).

Tabela 1

Taxa de desemprego total, aberto e oculto em Porto Alegre e nos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) — 2000-15

ANOS	PORTO ALEGRE					DEMAIS MUNICÍPIOS DA RMPA				
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto		
			Total	Precário	Desalento			Total	Precário	Desalento
2000	15,4	10,0	5,4	3,4	2,0	17,4	10,8	6,6	4,5	2,1
2001	13,9	9,0	4,9	3,3	1,6	15,6	10,1	5,5	3,7	1,8
2002	14,4	9,7	4,7	2,8	1,9	16,0	10,2	5,8	3,9	1,9
2003	15,9	11,0	4,9	3,1	1,8	17,2	11,1	6,1	4,1	2,0
2004	16,0	10,9	5,1	3,5	1,6	15,8	10,6	5,2	3,5	1,7
2005	13,7	10,0	3,7	2,4	1,3	15,0	10,5	4,5	3,2	1,3
2006	12,8	9,3	3,5	2,3	1,2	15,1	10,7	4,4	3,0	1,4
2007	11,2	8,6	2,6	1,6	1,0	13,9	10,3	3,6	2,6	1,0
2008	9,5	7,0	2,5	1,6	0,9	12,2	9,1	3,1	2,2	0,9
2009	9,7	7,6	2,1	1,3	0,8	12,0	9,2	2,8	2,1	0,7
2010	7,7	6,3	1,4	1,0	(1) -	9,3	7,4	1,9	1,5	0,4
2011	6,5	5,5	1,0	0,7	(1) -	7,8	6,6	1,2	1,0	(1) -
2012	6,4	5,5	0,9	(1) -	(1) -	7,4	6,3	1,1	1,0	(1) -
2013	5,6	4,9	(1) -	(1) -	(1) -	6,8	5,8	1,0	0,8	(1) -
2014	4,9	4,4	(1) -	(1) -	(1) -	6,5	5,6	0,9	0,7	(1) -
2015	7,5	6,5	1,0	(1) -	(1) -	9,5	8,2	1,3	1,1	(1) -

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, Seade, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

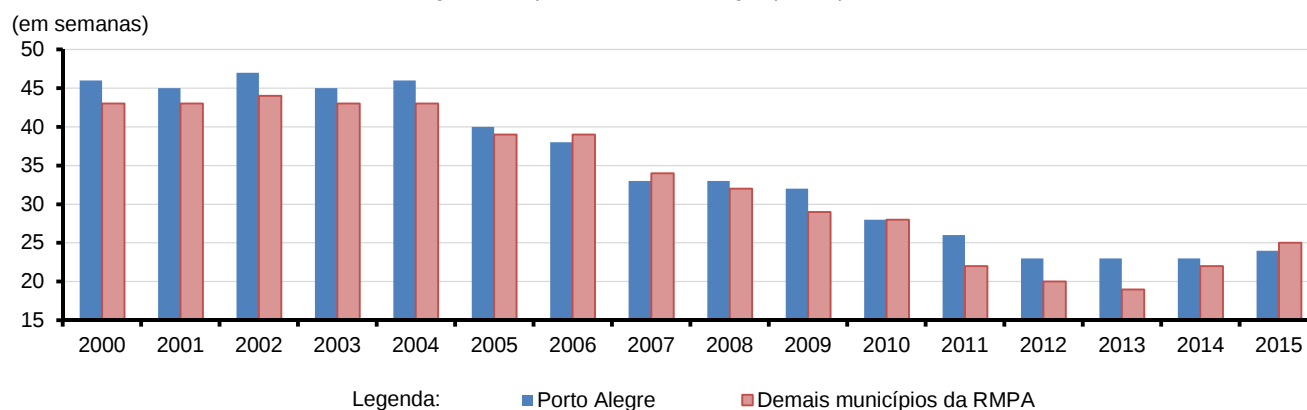
(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Outra dimensão a ser analisada sobre as características do desemprego diz respeito ao tempo de procura por um trabalho. Em 2000, o tempo de desemprego em Porto Alegre era, em média, de 46 semanas, patamar que se manteve até 2004, com exceção de 2002, quando se elevou para 47 semanas. Após 2004, o indicador recuou sucessivamente até alcançar 23 semanas no triênio de 2012 -14, voltando a se elevar para 24 semanas em 2015. Historicamente, o tempo de procura de emprego nos DM-RMPA é menor do que em Porto Alegre. Em 2000, os residentes nos DM-RMPA, em média, permaneciam na situação de desemprego por 43 semanas, valor que se manteve praticamente estável até 2004. A partir de 2005, o tempo médio de procura diminuiu para 39 semanas, registrou queda até 2013 (19 semanas) e subiu nos anos seguintes (Gráfico 5).

Destaca-se que, no período em análise, o tempo médio de procura dos residentes na Capital foi inferior ao restante da RMPA apenas em 2006 e 2007, ao passo que, em 2010, essas médias se igualaram em 28 semanas. Também houve aumento no ano de 2015 em relação ao de 2014 nos DM-RMPA, quando, em média, ficava-se 25 semanas desempregado, o que configura um aumento de três semanas em relação ao ano anterior, enquanto que, na Capital, o aumento foi de uma semana no mesmo período de análise. Dessa forma, o tempo de procura de emprego em Porto Alegre inverte seu comportamento e passa a ser inferior ao dos DM-RMPA. Recentemente, registra-se interrupção da queda desse indicador. Nos DM-RMPA, a inversão do comportamento ocorreu em 2014 e, em Porto Alegre, em 2015, quando se observa aumento do tempo de procura de emprego, indicando a deterioração do mercado de trabalho (Gráfico 5).

Gráfico 5

Tempo médio de procura por trabalho em Porto Alegre e nos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) — 2000-15



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, Seade, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

Em 2000, pouco mais da metade dos trabalhadores desempregados residentes em Porto Alegre saíram dessa situação em até seis meses (53,1%). Em 2015, esse tempo atingiu 72,4% dos desempregados. Quanto aos residentes nos DM-RMPA, os trabalhadores saíram da situação de desemprego mais lentamente. Entre os desempregados dos DM-RMPA, aqueles que procuravam trabalho em até seis meses eram 55,0%, proporção que caiu para 46,3% em 2015 (Tabela 2).

Tabela 2

Distribuição percentual dos desempregados, segundo o tempo de procura por trabalho, em Porto Alegre e nos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) — 2000 e 15

TEMPO DE PROCURA POR TRABALHO	PORTO ALEGRE		DEMAIS MUNICÍPIOS DA RMPA	
	2000	2015	2000	2015
Até seis meses	53,1	72,4	55,0	76,3
Mais de seis meses até um ano	24,6	22,5	24,2	17,4
Mais de um ano	22,6	(1) -	20,8	6,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, Seade, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

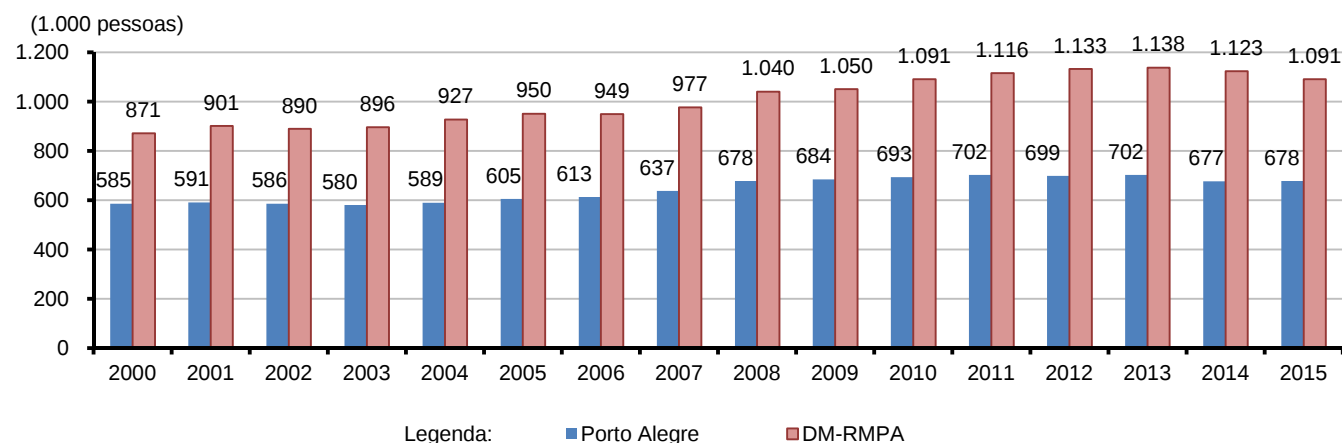
Nível e composição da ocupação

Em 2015, houve elevação dos ocupados em Porto Alegre e nos DM-RMPA em relação a 2000 (15,9% em 2000 e 25,3% em 2015). Já a análise detalhada do movimento da ocupação mostra que a sua trajetória, em Porto Alegre, apresenta oscilação entre 2000 e 2004 e passou a se elevar a partir de 2005, quando o número dos ocupados cresceu de forma constante até 2011. Chama atenção a grande elevação do número de ocupados entre 2006 e 2008 (65 mil). Entre 2011 e 2013, verifica-se relativa estabilidade do total de ocupados. Em 2014, o nível de ocupação retrai acentuadamente, registrando 677 mil ocupados. A redução de 3,6% do contingente de ocupados ocorrida em 2014, na comparação com 2013 — a mais acentuada de toda a série da Pesquisa —, interrompeu o seu processo de elevação, iniciado em 2004. Em 2015, o contingente de ocupados em Porto Alegre mostrou uma relativa estabilidade em relação a 2014 (678 mil trabalhadores) (Gráfico 6).

Em 2015, na comparação com o ano anterior, a RMPA evidenciou aumento de 1,3% na PEA, que passou para 1.938 mil pessoas. Em decorrência desse comportamento, a taxa de participação anual elevou-se de 54,4% em 2014 para 54,7% em 2015. No mesmo período, o contingente de ocupados na RMPA retraiu-se em 31 mil pessoas, uma expressão do comportamento recessivo da atividade econômica no ano. Diante do comportamento da RMPA, de Porto Alegre e dos DM-RMPA, pode-se afirmar que o aumento da PEA na RMPA ocorreu em Porto Alegre, justificando o aumento da taxa de participação na Capital, e a retração no nível ocupacional ocorreu devido ao desempenho dos DM-RMPA.

Gráfico 6

Estimativa dos ocupados em Porto Alegre e nos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (DM-RMPA) — 2000-15



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, Seade, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

Para além da diferença do nível ocupacional em Porto Alegre e nos demais municípios, nos últimos 16 anos, verificam-se algumas mudanças nas características sociodemográficas dessas localidades. Os residentes em Porto Alegre têm escolaridade superior à dos demais municípios, o que pode contribuir para uma melhor inserção no mercado de trabalho, embora se observe que, nos últimos 16 anos, os níveis educacionais mais elevados (ensino médio completo) dos residentes nos DM-RMPA aumentaram mais do que em Porto Alegre. Em 2015, 42,4% dos ocupados tinham ensino médio completo e 31,6%, nível superior em Porto Alegre, o que representou um aumento de 19,8 p.p. e 6,2 p.p. respectivamente, na comparação com 2000. Nos DM-RMPA, houve um aumento de 7,9 p.p. no ensino médio completo e aumento de 10,0 p.p. no nível superior, aumento maior do que o registrado na Capital. Em 2015, os ocupados com ensino fundamental incompleto nos DM-RMPA eram quase o dobro do que em Porto Alegre, o que mostra uma escolaridade bem menor entre os ocupados dos DM-RMPA em relação aos da Capital.

Analisando-se os outros atributos pessoais, não se observam mudanças expressivas na composição da ocupação no período analisado. Os homens constituem a maioria dos ocupados em ambas as localidades, porém o número de mulheres com ocupação aumentou entre 2000 e 2015. Na Capital, esse aumento foi de 2,7 p.p., e nos DM-RMPA, foi de 3,4 p.p.

A faixa etária que apresenta maior divergência nas localidades analisadas em 2015 é a de 16 a 24 anos, sendo que, em Porto Alegre, concentram-se menos ocupados nesta faixa: 11,7% contra 16,8% nos demais municípios. Na comparação de 2015 em relação a 2000, a oposição observada nas duas regiões é detectada na faixa etária de 25 a 39 anos: em Porto Alegre, houve aumento de 1,0 p.p., e nos demais municípios, redução de 1,4 p.p. De uma forma geral, observa-se o aumento de trabalhadores na faixa etária mais elevada (40 anos ou mais), o que indica envelhecimento da população (transição demográfica). Dos idosos que permanecem no mercado de trabalho, uma parcela expressiva deles busca complementar o rendimento da aposentadoria (Kreling, 2001).

De 2000 a 2015, observam-se mais negros inseridos, em termos relativos, no mercado de trabalho em Porto Alegre do que nos demais municípios. Em 2015, 15,4% dos ocupados residentes em Porto Alegre eram negros, contra 11,4% nos DM-RMPA. Em relação aos chefes de domicílio e cônjuges, Porto Alegre e DM-RMPA possuem comportamentos distintos nos anos 2000 e 2015. Na Capital, houve um aumento de 1,6 p.p. de chefes de domicílio ocupados, enquanto que, nos DM-RMPA, esse percentual reduziu 0,9 p.p. no mesmo período de análise. Entre os cônjuges, o maior aumento dos ocupados foi observado nos DM-RMPA (2,4 p.p.), enquanto que, em Porto Alegre, o aumento foi de apenas 0,5 p.p. entre 2000 e 2015 (Tabela 3).

Tabela 3

Distribuição dos ocupados, segundo atributos pessoais, em Porto Alegre e nos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) — 2000 e 2015

DISCRIMINAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS (%)				VARIAÇÃO	
	Porto Alegre		Demais municípios da RMPA		2015/2000 (p.p.)	
	2000	2015	2000	2015	Porto Alegre	Demais Municípios
Sexo						
Homens	53,8	51,1	58,9	55,5	-2,7	-3,4
Mulheres	46,2	48,9	41,1	44,5	2,7	3,4
Idade (anos)						
De 10 a 15 anos	(1) -	(1) -	1,1	(1) -	-	-
De 16 a 24 anos	18,0	11,7	22,4	16,8	-6,3	-5,6
De 25 a 39 anos	38,4	39,4	39,7	38,3	1,0	-1,4
De 40 anos e mais	43,0	48,8	36,8	44,7	5,8	7,9
Raça/Cor						
Negros	12,1	15,4	9,6	11,4	3,3	1,8
Não negros	87,9	84,5	90,4	88,6	-3,4	-1,8
Posição no domicílio						
Chefe	49,3	50,9	48,9	48,0	1,6	-0,9
Cônjuge	21,7	22,2	22,9	25,3	0,5	2,4
Demais membros	29,0	26,9	28,2	26,7	-2,1	-1,5
Escolaridade						
Analfabeto	1,3	(1) -	1,8	(1) -	-	-
Ensino fundamental incompleto (2)	24,7	11,2	45,2	22,1	-13,5	-23,1
Ensino fundamental completo (3)	17,9	14,6	22,1	20,6	-3,3	-1,5
Ensino médio completo (4)	34,5	42,4	25,9	45,7	7,9	19,8
Ensino superior	21,6	31,6	5,0	11,2	10,0	6,2

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, Seade, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria. (2) Inclui alfabetizados sem escolarização. (3) Inclui ensino fundamental completo e médio incompleto. (4) Inclui ensino médio completo e superior incompleto.

Avanço da formalização do mercado de trabalho

Os empregos formais são aqueles em que se exerce qualquer ocupação manual ou intelectual, com benefícios e carteira profissional assinada. Os anos 90 caracterizaram-se por queda do trabalho assalariado e por escassa geração de empregos formais. Em sentido contrário, nesse mesmo período, verifica-se um aumento expressivo entre os autônomos, empregados domésticos e trabalhadores sem carteira assinada, ou seja, ocupações consideradas mais precárias, com predominância de relações de trabalho desprotegidas. O período seguinte, o de 2000-15, revela um mercado de trabalho mais organizado, mais protegido, com aumento da formalização do vínculo empregatício, em detrimento das ocupações informais ou do segmento não organizado.

No período 2000-15, o crescimento econômico do País favoreceu a geração de novas ocupações e, concomitantemente a isso, ocorreu uma expansão do contingente de trabalhadores com carteira assinada (Arandia, 2013; Cardoso Junior, 2007). Destaca-se, nesse novo contexto econômico, a importância da política de valorização do salário mínimo e da política de transferência de renda. Podemos perceber uma melhora significativa do mercado de trabalho nesse período, que se contrapõe nitidamente à precarização do trabalho que marcou a década de 90. A taxa de formalização reverteu a situação negativa que havia anteriormente e a taxa de desemprego diminuiu sistematicamente. O desempenho do emprego assalariado foi positivo, especialmente o emprego assalariado do setor privado com carteira assinada (Moretto; Krein, 2005; Passos; Ansiliero; Paiva, 2005).

No caso do mercado de trabalho de Porto Alegre, observa-se que houve uma contínua trajetória de crescimento da ocupação e queda do contingente de desempregados entre 2000 e 2015. É interessante ressaltar que esses resultados foram obtidos através do aumento dos postos de trabalho com vínculos formais, enquanto decresciam os com vínculos informais. O segmento não organizado do mercado de trabalho perde terreno em Porto Alegre, assim como no restante da RMPA. Podem-se detectar dois movimentos positivos e concomitantes: (a) o crescimento da ocupação (ampliação do número de postos de trabalho); e (b) a formalização dos vínculos de trabalho. Isso fez com que um contingente expressivo da mão de obra porto-alegrense passasse a ter uma melhor inserção no mercado de trabalho formalizado, o que assegura ao trabalhador os direitos trabalhistas previstos em lei.

No ano 2000, 39,6% das pessoas ocupadas estavam trabalhando em alguma atividade econômica, mas sem um emprego assalariado em Porto Alegre, e 36,1% delas nos DM-RMPA. Isso sinalizava a existência de problemas de absorção das pessoas pela atividade econômica assalariada. Desde 2001, o mercado de trabalho assalariado ampliou-se com a retomada do crescimento da economia brasileira. Em 2015, as pessoas ocupadas que não tinham um emprego assalariado haviam reduzido para 30,3% em Porto Alegre, e esta proporção também havia sofrido redução para 27,3% nos DM-RMPA.

De um total de 585 mil pessoas ocupadas em Porto Alegre no ano 2000, 353 mil eram assalariadas (60,4% dos ocupados). Em 2015, esses números eram de 678 mil ocupados, sendo 472 mil assalariados (69,7%) em Porto Alegre. Assim, vê-se que se ampliou muito a proporção dos empregos assalariados entre os ocupados (Tabela 4).

O crescimento das ocupações geradas no período 2000-15 para Porto Alegre foram de 93 mil, enquanto que para os empregos assalariados (setor privado e setor público), o crescimento foi de 119 mil. Para as outras cidades da RMPA foram geradas 220 mil ocupações, sendo 236 mil referentes a empregos assalariados, no mesmo período, quando houve também redução expressiva dos autônomos e dos empregados domésticos na cidade de Porto Alegre e nos DM-RMPA. Assim, o crescimento dos ocupados ao longo desse período deveu-se à expansão do emprego assalariado. Essa expansão do assalariamento tem repercussões sociais que basicamente se referem à submissão do trabalho à lógica do capital de uma forma mais direta e essencial à sua reprodução (Guimarães, 2011).

O emprego assalariado em Porto Alegre, no ano 2000, era de 73,0% no setor privado e de 27,0% no setor público. Considerando-se apenas o setor privado na Capital, os trabalhadores com carteira assinada chegavam a 81,2% e os sem registros formais correspondiam a 18,8%. Em 2015, o setor privado aumentou sua participação no emprego assalariado da Capital, passando para 75,1%. Houve uma sensível melhora quanto à formalização do mercado de trabalho da Capital, pois o setor privado passou a ter 91,1% de seus trabalhadores com registros formais. Cabe destacar que o setor privado em Porto Alegre é menor que nos DM-RMPA (Tabela 4).

Em Porto Alegre houve um aumento de 113 mil postos com carteira assinada (53,8%) no período 2000-15 (de 210 mil para 323 mil). Chama atenção o decréscimo do contingente de trabalhadores domésticos de 2000 a 2015, de 45 mil para 35 mil (-22,2%) e também dos autônomos, que passaram de 106 mil para 86 mil (-18,9%). Foram, todavia, os assalariados sem carteira assinada os que mais decresceram, passando de 48 mil para 32 mil

(-33,3%) no período. Em função dessas evidências, o período analisado mostra uma ampliação do emprego com proteção social no mercado de trabalho de Porto Alegre (Tabela 4).

Em Porto Alegre, o número de ocupados em termos de variação absoluta foi muito positivo para os assalariados com proteção social, enquanto houve decréscimo para os que não estavam protegidos pela lei. No ano 2000, os com carteira assinada eram 35,8% dos ocupados em Porto Alegre, e o setor público respondia por 16,2%. No conjunto, 52,0% dos ocupados estavam com relações de trabalho protegidas. Houve considerável aumento da proteção em 2015, quando se registrou que 47,7% dos ocupados de Porto Alegre tinham carteira assinada e 17,3% estavam no serviço público. Ao se somarem essas duas categorias, tem-se um total de 65,0% de ocupados com proteção trabalhista no trabalho assalariado, a maior proporção da série histórica. Além dos formalizados com carteira assinada, os ocupados com proteção trabalhista incluem, nesse caso, os que estão empregados em serviços públicos (municipais, estaduais e federais).

Ao se examinar a forma de inserção no mercado de trabalho assalariado nos DM-RMPA, identifica-se um comportamento semelhante ao da Capital, com aumento dos trabalhadores com carteira assinada e do setor público e redução dos sem carteira, dos autônomos e do emprego doméstico no período analisado. Destaca-se que a formalização do emprego foi maior nos demais municípios da RMPA do que em Porto Alegre. Em 2000, havia 396 mil assalariados com carteira assinada e, em 2015, esse contingente aumentou para 637 mil (crescimento de 60,9%) nos DM-RMPA (Tabela 4).

Tabela 4

Estimativa dos ocupados, segundo posição na ocupação, em Porto Alegre e nos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000 e 2015

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PORTO ALEGRE		DEMAIS MUNICÍPIOS DA RMPA		VARIAÇÃO RELATIVA 2015/2000 (%)	
	2000	2015	2000	2015	Porto Alegre	Demais Municípios
TOTAL DE OCUPADOS	585	678	871	1.091	15,9	25,3
Total de assalariados (1)	353	472	558	794	33,7	42,3
Setor privado	258	355	480	696	37,6	45,0
Com carteira assinada	210	323	396	637	53,8	60,9
Sem carteira assinada	48	32	84	59	-33,3	-29,8
Setor público (2)	95	117	77	97	23,2	26,0
Autônomos	106	86	164	146	-18,9	-11,0
Empregados domésticos	45	35	64	56	-22,2	-12,5
Outros (3)	81	85	85	95	4,9	11,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, Seade, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

NOTA: Estimativas em 1.000 pessoas.

(1) Inclui os que não informaram o segmento em que trabalham. (2) Inclui os estatutários e os celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.). (3) Incluem empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais universitários autônomos e outras posições ocupacionais.

Assim, não obstante a crise econômico-financeira global de 2008 ter-se abatido sobre o Brasil e afetado o ritmo de crescimento econômico posterior, chegando apenas a 0,1% em 2014 (IBGE, 2015), percebe-se que os incrementos referentes à formalização continuaram positivos e avançando até 2013 em Porto Alegre, ainda que em intensidade menor. Destaca-se que, em Porto Alegre, já se registrava uma pequena retração em 2012 (-2 mil ou -0,6%) em relação ao ano anterior, mas o crescimento econômico aumentou em 2013, voltando a cair acentuadamente em 2014, com a perda de 17 mil ocupados com carteira (-5,1%). Em 2015, o segmento volta a ter desempenho positivo com aumento de sete mil (2,2%). Nos DM-RMPA, a redução da formalização ocorreu em 2014 de forma sutil, com a perda de três mil ocupados (-0,5%), e, em 2015, praticamente retoma o nível de formalização de 2013, com incremento de dois mil ocupados com carteira (0,3%).

Evolução setorial da ocupação

No âmbito dos setores de atividades econômicas mais relevantes, Porto Alegre tem uma posição importante na dinâmica ocupacional da RMPA, em especial nos setores terciários. A indústria de transformação ainda está mais concentrada nos demais municípios da RMPA, refletindo diferenças relevantes entre o mercado de trabalho na Capital e nos DM-RMPA.

No período 2011-15⁵, Porto Alegre perdeu sete mil postos na indústria de transformação (-14,3%). O mercado de trabalho na construção aumentou em cinco mil postos (14,7%). Já no comércio e na reparação de veículos automotores e motocicletas, Porto Alegre perdeu 18 mil postos (-14,2%). O setor de serviços, o maior setor em termos de ocupação de mão de obra em Porto Alegre, perdeu três mil postos entre 2011 e 2015 (-0,6%). Diferentemente da Capital, nos DM-RMPA, houve aumento de ocupados em serviços (15 mil, o equivalente a 3,0%) e perda de 12 mil (ou 12,8%) postos de trabalhos na construção (Tabela 5Tabela).

Tabela 5

Estimativas do número de ocupados, por setor de atividade econômica, em Porto Alegre e nos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-15

(1.000 pessoas)

ANOS	TOTAL DE OCUPADOS (1)		SETOR DE ATIVIDADE							
			Indústria de Transformação (2)		Construção (3)		Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (4)		Serviços (5)	
	Porto Alegre	Demais Municípios	Porto Alegre	Demais municípios	Porto Alegre	Demais municípios	Porto Alegre	Demais municípios	Porto Alegre	Demais municípios
2011	702	1.116	49	269	34	94	127	233	483	508
2012	699	1.133	46	275	36	92	125	236	485	517
2013	702	1.138	47	268	31	92	130	241	485	525
2014	677	1.123	46	257	36	91	113	241	475	522
2015	678	1.091	42	250	39	82	109	223	480	523

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, Seade, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

NOTA: A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em nov./10.

(1) Inclui empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais. (2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar excluídos os serviços domésticos. (5) Inclui os estatutários e os celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresas de economia mista, autarquias, fundações, etc.).

Para o ano de 2015, em relação ao de 2014, verifica-se perda do nível ocupacional na indústria e no comércio em Porto Alegre. Nos DM-RMPA, a retração ocupacional ocorreu também na construção, demonstrando, assim, que, na RMPA como um todo, apenas os serviços apresentaram desempenho positivo.

A distribuição da ocupação entre os setores de atividade econômica não sofreu alterações relevantes ao longo dos últimos anos. Os serviços continuaram sendo o principal setor de atividade na Capital e também nos DM-RMPA, mas, enquanto na Capital o comércio detém o segundo posto, nos demais municípios da RMPA esse lugar é ocupado pela indústria de transformação (Gráfico 7).

Vê-se pelo Gráfico 7 que o peso da indústria de transformação para o mercado de trabalho na RMPA diminuiu tanto em Porto Alegre como nos DM-RMPA entre 2011 e 2015, e que o setor de serviços aumentou sua importância relativa no mercado de trabalho em ambas as localidades. O tema da desindustrialização vem sendo debatido há muito tempo (Alonso; Bandeira, 1988). O setor serviços continua sendo o principal setor de empregos tanto em Porto Alegre como nos DM-RMPA, sendo bem maior na Capital (70,8% contra 48,1% nos DM-RMPA). A economia de serviços está ligada a regiões metropolitanas, mas não só a elas, e apresenta uma diversidade que ainda é tema de debates (Alonso, 2007; Kon, 1999, 2004; Meirelles, 2006; Silva *et al.*, 2006). Os debates giravam principalmente em torno de dois temas: (a) em relação a conceitos e tipologias, ou seja, em torno da definição do que seria o setor de serviços; e (b) em relação à importância do setor para a economia.

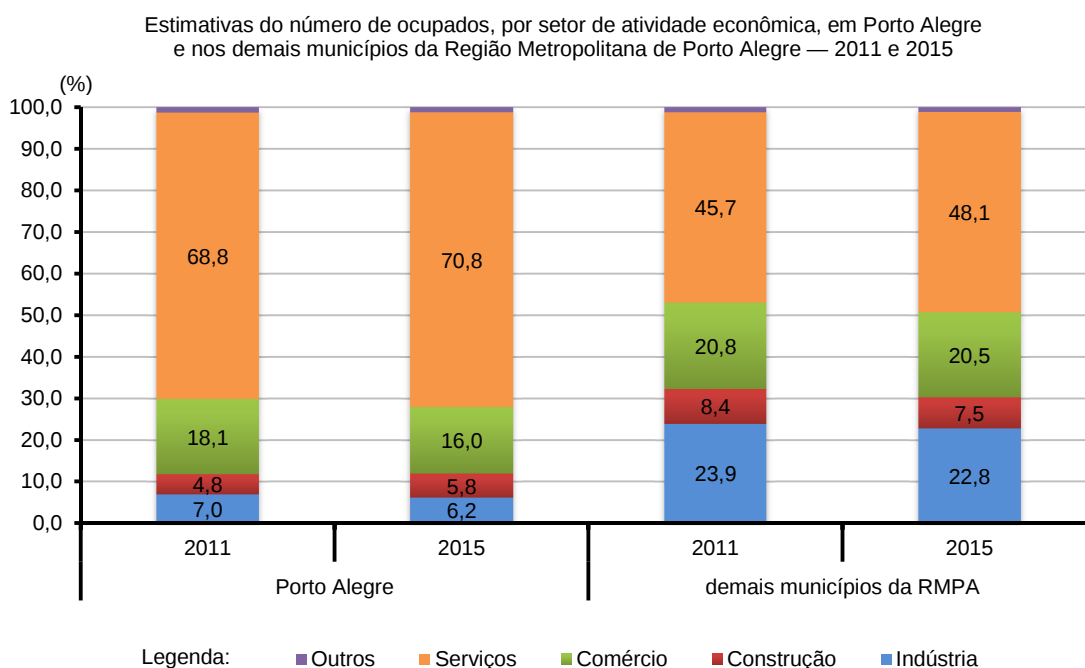
Meirelles (2006) exemplifica o primeiro grupo e parte da questão fundamental, a da análise conceitual dos serviços, que consiste, segundo ela, em compreender que serviço é fundamentalmente diferente de um bem ou de um produto. Serviço é o trabalho em processo e não o resultado da ação do trabalho. Por essa razão elementar, não se produz um serviço, mas presta-se um serviço. Essa perspectiva de abordagem conceitual incita mudanças significativas no tratamento até agora dado a essas atividades. Com isso em mente, a autora faz um apanhado histórico, dos clássicos da economia aos contemporâneos, mostrando o que incluíam, ou não, no setor conforme suas visões e premissas básicas.

⁵ Conforme nota técnica n.º 1 do **Informe PED-RMPA** de novembro de 2010 (FEE, 2015), a Pesquisa de Emprego e Desemprego iniciou a captação das informações referentes aos setores de atividade considerando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE Domiciliar 2.0). A partir de então, realizou-se dupla codificação dos dados captados no campo: a primeira utilizando classificação de atividade econômica da PED, e a segunda, a classificação da CNAE Domiciliar 2.0. Essa codificação em paralelo encerrou-se em maio de 2012, e, a partir de junho de 2012, foi adotada apenas a classificação derivada da CNAE Domiciliar 2.0. Com isso, as séries contendo informações sobre setor de atividade que utilizavam a classificação anterior, divulgadas até maio de 2012, foram interrompidas, iniciando-se novas séries trimestrais segundo a classificação da CNAE Domiciliar 2.0, com dados a partir de janeiro de 2011.

Silva *et al.* (2006), por sua vez, são representativos do segundo grupo de debates. Os autores mostram que o setor de serviços, historicamente, foi marginalizado dentro dos estudos de economia. Suas atividades chegaram a ser consideradas como "não produtivas", e o setor ainda hoje é definido em termos residuais, ou seja, compreenderia tudo aquilo que não pertence às atividades agropecuárias ou à manufatura. Entretanto, o crescimento da participação do emprego e do valor agregado no setor de serviços, associado à emergência das tecnologias de informação e comunicação, fez com que um melhor entendimento sobre as especificidades das atividades de serviços ganhasse cada vez mais relevância. Nesse sentido, os autores buscaram decifrar e definir o que faz a dinâmica dos serviços e como eles contribuem para a inovação na economia.

Nesta pesquisa, a comparação entre os DM-RMPA e a Capital constata que o crescimento do mercado de trabalho no setor de serviços faz com que, em 2015, a indústria de transformação fosse o segundo setor de geração de empregos no entorno de Porto Alegre, enquanto que, na Capital, esse posto era ocupado pelo comércio (16,0%). No entanto, o comércio vem-se reduzindo tanto em Porto Alegre como nas demais cidades da Região Metropolitana (Gráfico 7).

Gráfico 4



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, Seade, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

Mobilidade pendular na RMPA

A mobilidade pendular acontece quando grandes contingentes populacionais precisam se deslocar de uma cidade para outra por conta de trabalho e/ou estudo. No caso em análise, temos dados da PED-RMPA que contemplam deslocamentos devido ao trabalho. A indústria tem perdido peso relativo na geração de postos de trabalho na Capital. Segundo Follador e Soares (2002), com o crescimento das cidades, o custo de acessibilidade aumentou, expulsando as atividades industriais, em especial as que precisam de grandes extensões de terra. Além disso, segundo as autoras, as atividades industriais e serviços especializados concentram-se nas Capitais, ficando as atividades de manufatura propriamente dita em cidades da redondeza. Essa dinâmica faz com que os trabalhadores se desloquem de sua cidade de residência para realizar sua atividade profissional. Esse movimento fez com que, em 2015, 27,8% dos ocupados que atuam em Porto Alegre residam nos DM-RMPA, entretanto, dos residentes em Porto Alegre, a grande maioria trabalha no mesmo município. Em 2015, esse percentual era de 94,7% (Tabela 6). Assim, a proporção dos que se deslocam dos DM-RMPA para Porto Alegre é muito maior do que no sentido inverso. Isso se deve, basicamente, ao fato de Porto Alegre ter setores de atividade econômicas muito maiores do que os DM-RMPA, principalmente nos serviços, no comércio e nos serviços públicos (além dos servidores municipais, pois é na Capital que ficam os principais órgãos das administrações estadual e federal). Como 27,8% dos ocupados que atuam em Porto Alegre provêm dos DM-RMPA, este é um tema muito relevante, pois

mais de um quarto dos que trabalham na Capital não residem em Porto Alegre. Ademais, isso mostra a força de atração da Capital, sua capacidade geradora de empregos para os que vêm de fora, principalmente das cidades próximas.

Tabela 6

Distribuição de ocupados que trabalham em Porto Alegre e moram nos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (DM-RMPA) e distribuição dos residentes em Porto Alegre que trabalham no próprio município — 2000-15

		(%)
ANOS	TRABALHAM EM PORTO ALEGRE E MORAM NOS DM-RMPA	RESIDENTES EM PORTO ALEGRE QUE TRABALHAM NO PRÓPRIO MUNICÍPIO
2000	28,5	93,0
2001	28,4	93,0
2002	28,6	92,8
2003	26,9	92,6
2004	26,6	92,2
2005	26,8	92,1
2006	27,9	92,9
2007	27,2	92,7
2008	28,3	92,6
2009	28,0	93,4
2010	28,0	94,0
2011	28,7	93,5
2012	29,3	93,5
2013	29,5	93,3
2014	29,7	93,4
2015	27,8	94,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, Seade, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

A distribuição dos ocupados conforme o local de residência e de trabalho não sofreu alteração ao longo dos últimos anos. A maioria dos ocupados da RMPA mora e trabalha em outro município da própria RMPA que não Porto Alegre. Em 2015, esse percentual era 48,1%, aumento de 2,6 p.p. em relação a 2000. As demais formas de combinação do local de residência e de trabalho apresentadas na Tabela 7 mostram que, apesar das pequenas oscilações nos 16 anos de análise, elas tiveram redução no período de 2000 a 2015. A maior redução relativa foi observada entre os que residem em Porto Alegre e trabalham nos DM-RMPA (-25,0%). No entanto, é importante ressaltar que essa categoria engloba o menor contingente de ocupados. Em 2000, havia 2,8% nessa situação, número que se reduziu para 2,1% em 2015 (Tabela 7).

Tabela 7

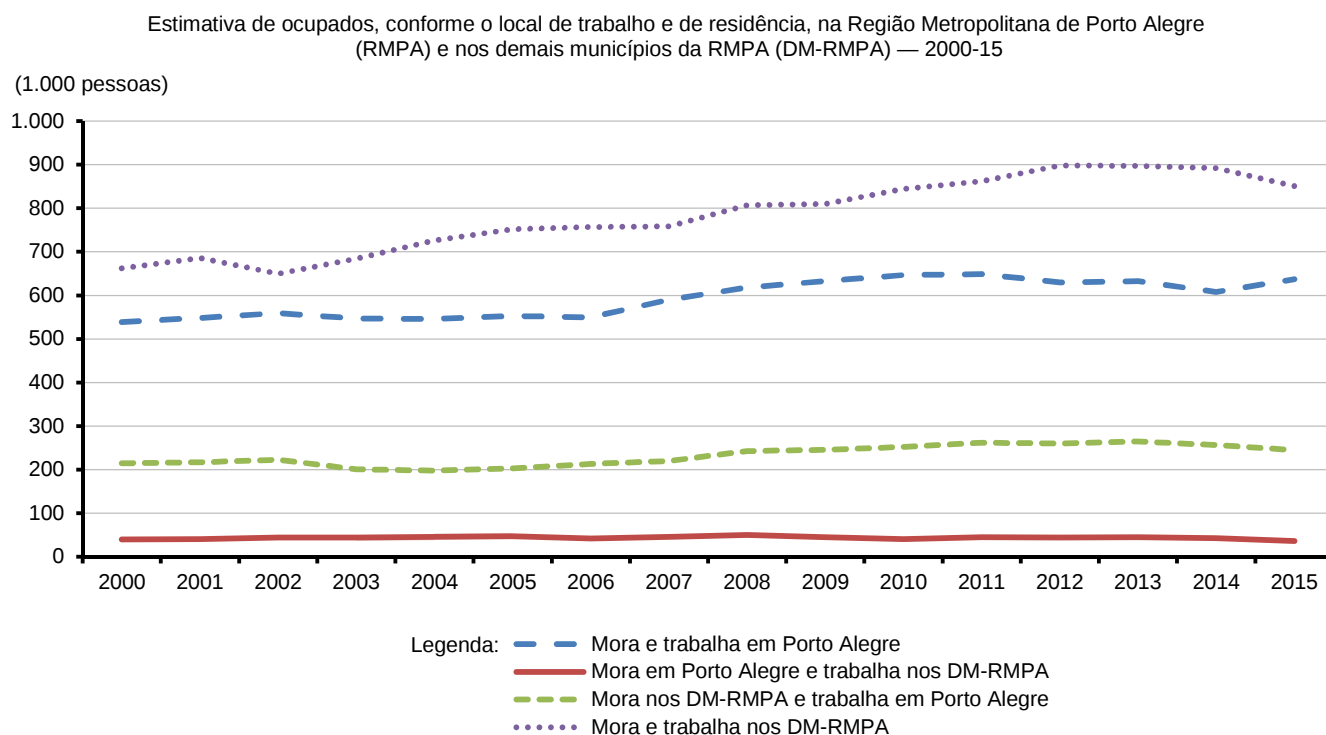
Distribuição dos ocupados, conforme local de trabalho e de residência, em Porto Alegre e nos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (DM-RMPA) — 2000-15

						(%)
ANOS	TOTAL	MORAM E TRABALHAM EM PORTO ALEGRE	MORAM EM PORTO ALEGRE E TRABALHAM NOS DEMAIS MUNICÍPIOS DA RMPA (DM-RMPA)	MORAM NOS DM-RMPA E TRABALHAM EM PORTO ALEGRE	MORAM E TRABALHAM NOS DM-RMPA	
2000	100,0	37,0	2,8	14,7	45,5	
2001	100,0	36,7	2,8	14,5	46,0	
2002	100,0	37,9	3,0	15,1	44,0	
2003	100,0	37,0	3,0	13,6	46,4	
2004	100,0	36,0	3,1	13,0	47,9	
2005	100,0	35,6	3,0	13,1	48,3	
2006	100,0	35,2	2,7	13,6	48,5	
2007	100,0	36,5	2,9	13,6	47,0	
2008	100,0	35,9	2,9	14,2	47,0	
2009	100,0	36,5	2,6	14,2	46,7	
2010	100,0	36,3	2,3	14,1	47,3	
2011	100,0	35,7	2,5	14,4	47,4	
2012	100,0	34,4	2,4	14,2	49,0	
2013	100,0	34,4	2,5	14,4	48,7	
2014	100,0	33,8	2,4	14,3	49,5	
2015	100,0	36,0	2,1	13,8	48,1	

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, Seade, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

A maior mudança no nível ocupacional, no período 2000-15 foi observada dentre os ocupados que residem e atuam nos DM-RMPA. No período analisado, houve crescimento de 28,5%, correspondendo a um aumento de 189 mil ocupados. Dentre os que moram e trabalham em Porto Alegre, houve um incremento de 98 mil (18,2%), e analisando os que moram nos DM-RMPA e trabalham em Porto Alegre, o aumento foi de 14,0% (30 mil). Já dos que moram na Capital e atuam nos DM-RMPA houve uma redução de 10,0% ou de -4 mil ocupados (Gráfico 8).

Gráfico 5



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, Seade, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

Analisando-se o perfil dos ocupados conforme o setor de atividade, pode-se verificar que a maioria dos ocupados que trabalham na Capital atua na área de serviços, setor de atividade predominante na RMPA, independente do local de residência. Chama a atenção a concentração de ocupados residentes em Porto Alegre que atuam no setor da indústria de transformação em outra cidade da RMPA, explicitando a redução do setor industrial na Capital, como já relatado anteriormente. A ocupação no setor de comércio e reparação de veículos não é significativamente alterada pelo local de residência e de trabalho (Tabela 8).

Tabela 8

Distribuição de ocupados, conforme local de trabalho e de residência, por setor de atividade econômica, em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) — 2011-15

Setor de atividades econômicas, em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) - 2011-15

(%)

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	SETOR DE ATIVIDADE				
		Indústria de Transformação (1)	Construção (2)	Comércio e reparação de veículos (3)	Serviços (4)	Outros (5)
Mora e trabalha em Porto Alegre						
2011	100,0	6,0	4,8	18,3	69,7	1,2
2012	100,0	5,5	5,0	18,2	70,4	0,9
2013	100,0	5,6	4,5	18,8	69,9	1,2
2014	100,0	5,4	5,3	16,8	71,4	(6) -
2015	100,0	5,2	5,7	16,1	71,9	1,1
Mora em Porto Alegre e trabalha em outra cidade da RMPA						
2011	100,0	21,1	(6) -	15,1	55,3	(6) -
2012	100,0	21,5	(6) -	14,2	54,5	(6) -
2013	100,0	21,6	(6) -	(6) -	58,5	(6) -
2014	100,0	25,5	(6) -	(6) -	51,3	(6) -
2015	100,0	24,0	(6) -	(6) -	50,9	(6) -
Mora em outro município da RMPA e trabalha em Porto Alegre						
2011	100,0	10,8	8,6	18,4	61,3	(6) -
2012	100,0	10,4	8,5	18,7	61,8	(6) -
2013	100,0	10,4	8,0	18,5	62,0	(6) -
2014	100,0	10,5	8,5	18,0	61,8	(6) -
2015	100,0	8,9	7,7	18,6	64,3	(6) -
Mora e trabalha em outro município da RMPA						
2011	100,0	27,9	8,3	21,6	41,0	1,2
2012	100,0	27,8	7,9	21,4	41,7	1,2
2013	100,0	27,0	7,9	21,9	42,0	1,2
2014	100,0	26,0	7,9	22,3	42,8	1,0
2015	100,0	26,7	7,5	21,0	43,4	1,4

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, Seade, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

NOTA: A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em nov./10. Ver nota técnica n.º 1 do **Informe PED-RMPA** de novembro de 2010 (FEE, 2015).

(1) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Inclui as seguintes seções da CNAE 2.0 domiciliar: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). (6) Amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Disparidade dos rendimentos do trabalho

O rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados do período 2000-15 teve comportamento divergente em Porto Alegre e nos DM-RMPA, com queda na Capital e aumento no restante dos municípios. Porto Alegre continua com rendimentos médios maiores do que nos DM-RMPA, porém a diferença vem diminuindo em todas as categorias de trabalhadores.

Em 2015, os **ocupados** residentes em Porto Alegre tinham um rendimento médio de R\$ 2.362, 38,9% a mais que nos DM-RMPA, onde o ganho era, em média, de R\$ 1.701. Apesar do avanço na formalização do emprego, os trabalhadores **com carteira assinada** tiveram uma perda de rendimento médio de 11,1% no período de 2000 a 2015 em Porto Alegre. A menor redução monetária foi observada em 2003, quando chegou a R\$ 1.848. Posteriormente, observa-se uma tendência de elevação que chega a R\$ 2.176 em 2014. Entretanto, em 2015, registra-se uma ruptura desse comportamento, com uma queda de 11,0% em relação ao ano anterior. Outro segmento com expressiva queda de rendimentos no período foi entre os **autônomos** (-11,4%). Essa queda também foi provocada pela redução de rendimentos entre 2014 e 2015. Em 2014, os autônomos de Porto Alegre tinham rendimento médio de R\$ 2.151 (um dos maiores da série analisada), passando para R\$ 1.830 em 2015 (redução de 14,9% na comparação com 2014) (Tabela 9).

No sentido contrário, nos DM-RMPA, houve aumento (3,0%) do rendimento médio dos ocupados no período 2000-15, provocado pelo ganho dos setores não formalizados. Entre os autônomos residentes nos DM-RMPA, observa-se um aumento de 16,3% no período analisado, e entre os ocupados sem carteira assinada, o incremento foi de 17,3%. Assim como na Capital, nos DM-RMPA, identifica-se elevação dos rendimentos médios dos empre-

gados domésticos: aumento de 50,7% nos DM-RMPA e 47,4% na Capital. Entretanto, por se tratar de um contingente com pouco peso entre os ocupados, seu impacto é pequeno no rendimento total desse segmento (Tabela 9).

Tabela 9

Rendimento médio real dos ocupados, por posição na ocupação, em Porto Alegre e nos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) — 2000 e 2015

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PORTO ALEGRE		DEMAIS MUNICÍPIOS DA RMPA		VARIAÇÃO RELATIVA 2015/2000 (%)	
	2000	2015	2000	2015	Porto Alegre	Demais
TOTAL DE OCUPADOS (1)	2.515	2.362	1.651	1.701	-6,1	3,0
Total de assalariados	2.511	2.337	1.632	1.642	-6,9	0,6
Setor privado	2.025	1.906	1.509	1.550	-5,9	2,7
Com carteira assinada	2.180	1.937	1.599	1.580	-11,1	-1,2
Sem carteira assinada	1.328	(2)	1.054	1.236	-	17,3
Setor público	3.861	3.909	2.396	2.464	1,2	2,8
Autônomos	2.066	1.830	1.450	1.686	-11,4	16,3
Empregadores	5.345	(2)	4.397	4.015	-	-8,7
Empregados domésticos	793	1.169	702	1.058	47,4	50,7
Outros (3)	3.924	(2)	2.531	(2)	-	-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, Seade, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de jan./16.

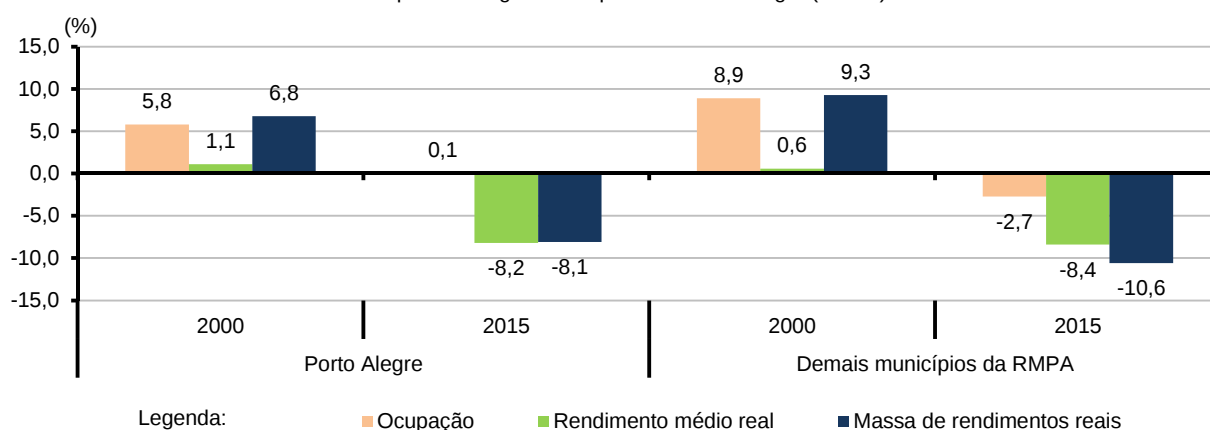
(1) Inclui ocupados em atividades que, pelo reduzido contingente, não permitem a desagregação setorial. (2) A amostra não permite desagregação para essa categoria. (3) Englobam profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

Ao se comparar o setor de atividade de 2011 com o de 2015, observam-se perdas monetárias em todas as categorias analisadas. Entre 2011 e 2015, a maior perda, na Capital, ocorreu no setor de comércio (-14,4%), quando o rendimento médio passou de R\$ 1.761 para R\$ 1.507 em 2015. Nos serviços, a perda foi de 5,0%, onde o rendimento era R\$ 2.031 em 2011 e atingiu R\$ 1.930 em 2015⁶. Nos demais municípios da RMPA, as retrações, em termos setoriais, foram de menor proporção do que na Capital. A maior perda monetária ocorreu no setor da indústria de transformação. Em 2015, o rendimento passou a corresponder a R\$ 1.651, o que implica perda de 2,3% em relação a 2011, quando era R\$ 1.690. Essas reduções de rendimento médio refletem novamente a crise econômica nacional de 2015.

A massa de rendimentos reais retraiu-se no ano de 2015 em 8,1% para os residentes em Porto Alegre e, em 10,6% para os DM-RMPA. Em ambos os casos, esse resultado deveu-se à redução do rendimento médio real, uma vez que o nível de ocupação permaneceu estável na Capital e reduziu pouco nos DM-RMPA. Esses resultados foram antagônicos ao comportamento observado em 2000, quando houve aumento da massa de rendimentos em ambas as regiões provocadas pelo incremento na ocupação (Gráfico 9).

Gráfico 9

Taxa de variação da ocupação, do rendimento médio real e da massa de rendimentos reais em Porto Alegre e nos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) — 2000 e 2015



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, Seade, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

NOTA: 1. Taxa de variação do período de janeiro a outubro de um ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Incluem-se ocupados que não tiveram remuneração no mês e excluem-se os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou em benefício.

⁶ Não é possível realizar essa comparação para o setor industrial, pois, em 2015, não houve amostra suficiente de ocupados nesse segmento para a divulgação do rendimento médio, que, em 2011, foi de R\$ 2.735.

Considerações finais

O mercado de trabalho de Porto Alegre registrou avanços importantes quanto às ocupações formais no período analisado. Fatores internos e externos conformaram uma conjuntura favorável, tanto para a economia quanto para o trabalho, logrando reverter a trajetória de baixo crescimento do produto e precarização do trabalho que marcou os anos 90. A retomada do crescimento econômico, especialmente a partir de 2003, teve efeitos positivos sobre o mercado de trabalho, registrando ampliação do contingente ocupado, aumento expressivo da formalidade dos vínculos de emprego e queda do desemprego, embora este último tenha voltado a aumentar no ano de 2015. Em Porto Alegre, em 2015, esse comportamento da taxa de desemprego deu-se basicamente devido à elevação da PEA, enquanto nos DM-RMPA o desemprego cresceu porque houve a redução na ocupação.

O menor engajamento das pessoas no mercado de trabalho traduziu-se em uma menor taxa de participação em Porto Alegre do que nos DM-RMPA. Essa taxa atingiu o menor valor do período analisado em 2014, voltando a crescer em 2015, revertendo a tendência de queda apresentada desde 2009. Nos DM-RMPA, essa tendência de queda também existe desde 2009, com exceção do ano de 2012, quando houve crescimento. Ao contrário de Porto Alegre, no ano 2015, a taxa de participação continuou declinando.

Em 2014, houve queda acentuada na ocupação na Capital, o que não ocorreu em 2015. Esse ano foi de crise econômica, com impacto importante no mercado de trabalho. Embora não tenha ocorrido queda na ocupação em Porto Alegre nesse último ano, o desemprego voltou a subir, indicando deterioração do mercado de trabalho. Esse comportamento da ocupação nos últimos anos merece ser retomado para estudo em trabalhos futuros.

Porto Alegre, no período 2000-15, revelou um aumento significativo na proporção do emprego com carteira assinada na ocupação total, enquanto a proporção da ocupação sem carteira assinada ou sem proteção social diminuiu. O aumento relativo da ocupação assalariada com carteira assinada significa uma mudança na qualidade do emprego, dado que trabalhar com carteira assinada dá acesso a uma série de benefícios previstos na legislação trabalhista, seja enquanto detentor de um posto de trabalho, seja no caso de demissão. É evidente que para chegar a afirmações mais conclusivas sobre a qualidade do emprego, seriam necessários outros indicadores de apoio, os quais não são tratados neste artigo, tais como estabilidade no emprego, autonomia, qualificação profissional e treinamento.

Destaca-se que os ocupados residentes em Porto Alegre têm escolaridade superior à dos residentes nos demais municípios, o que possibilita a obtenção de melhores empregos, como o emprego público, segmento de maior concentração na Capital do que nos DM-RMPA. Ao se analisar a composição das ocupações por setor de atividade, verifica-se que houve avanços nas parcelas dos ocupados nos setores de serviços e de construção em Porto Alegre, enquanto que, nos DM-RMPA, o crescimento deu-se somente no setor de serviços. Devido ao fato de o setor terciário e setor público serem maiores em Porto Alegre do que nas demais cidades, no ano de 2015, 27,8% dos ocupados que atuavam em Porto Alegre residiam em outros municípios da RMPA e tinham que se deslocar para a Porto Alegre, o que nos dá uma medida importante do fenômeno da mobilidade pendular entre os DM-RMPA e a Capital. Porto Alegre permanece com rendimentos médios maiores do que nos DM-RMPA, o que também pode ser outro fator de atração para os trabalhadores residentes em outras cidades da RMPA. A diferença, porém, vem diminuindo em todas as categorias de trabalhadores no período analisado.

Referências

ALONSO, J. A. F. **A economia dos serviços na Região Metropolitana de Porto Alegre — RMPA: uma primeira leitura.** Porto Alegre: FEE, 2007. (Textos Para Discussão FEE, n. 3).

ALONSO, J. A. F.; BANDEIRA, P. S. A “desindustrialização” de Porto Alegre: causas e perspectivas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 3-28, 1988.

ARANDIA, A. K. Evolução do emprego formal na Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1999-2010. In BASTOS, R. (Coord.) **A retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre na primeira década do século XXI.** Porto Alegre: FEE, 2013. p. 11-32.

BALTAR, P. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90. In: PRONI, M.; WILNES, H. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90.** São Paulo: UNESP; Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2003. p. 107-152.

BASTOS, R. (Coord.) **A retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre na primeira década do século XXI**. Porto Alegre: FEE, 2013.

CARDOSO JUNIOR, C. J. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Brasília, DF: IPEA, 2007. (Texto para discussão, n. 1310).

DEDECCA, C. **Reorganização produtiva e relações de trabalho no Brasil: anos 90**. Campinas: [s.n.], 1998. Mimeografado.

FANTINEL, V. D.; AGRANONIK, C. PIB dos municípios do RS em 2009. **Indicadores econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 7-20, 2012.

FOLLADOR, P. M. D. O.; SOARES, M. R. M. A ocupação no município de Porto Alegre: uma visão acerca da contribuição da Capital na dinâmica do mercado de trabalho metropolitano. In: WITGEN, R. S.; GARCIA, L. S. (Coord.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano**. Porto Alegre: FEE, 2002. p. 143-176.

FREIRE, J. A. Dinâmica do mercado de trabalho metropolitano no Brasil pós anos 90: que mudou, mudou! Mas mudou o suficiente? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11., 2006, Vitória. **Anais...** Vitória: SBEP, 2006. Disponível em: <<http://www.sep.org.br>>. Acesso em: 26 maio 2015.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER (FEE). **Informe PED-RMPA**. 2015. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br>>. Acesso em: 6 out. 2015.

GUIMARÃES, N. O que muda quando se expande o assalariamento (e em que o debate da sociologia pode nos ajudar a compreendê-lo)? **Revista dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 533-567, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Informações sociais, demográficas e econômicas**. 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 ago. 2015.

KON, A. **Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil**. São Paulo: Elsevier, 2004.

KON, A. Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias. **Revista de economia política**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 64-83, 1999.

KRELING, N. H. Gênero e trabalho na terceira idade. **Mulher e trabalho**, Porto Alegre, v. 1, p. 97-104, 2001.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MEIRELLES, D. S. E. O conceito de serviço. **Revista de economia política**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 119-136, 2006.

MORETTO, A.; KREIN, J. D. O crescimento da formalização do emprego: como explicá-la. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 9., 2005, Recife. **Anais...** Recife: ABET, 2005. p. 1-18.

OJIMA, R.; PEREIRA, R. H. M.; SILVA, R. B. da. Cidades-dormitório e a mobilidade pendular: espaços da desigualdade na redistribuição dos riscos socioambientais? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2008. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: 25 maio 2015.

PASSOS, A. F. dos; ANSILIERO, G.; PAIVA, L. H. Mercado de Trabalho: evolução recente e perspectivas. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, DF, n. 26, p. 43-56, 2005.

PESQUISA de Emprego e Desemprego — PED: conceitos, metodologia e operacionalização. São Paulo: SEADE; DIEESE, 2009.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999. v. 1.

SILVA, A. M. et al. **Economia de serviços: uma revisão de literatura**. Brasília, DF: IPEA, 2006. (Texto para Discussão, n. 1173). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 26 maio 2015.

TONI, M. De. **Para onde vai o mercado de trabalho?** A tendência à precarização das relações de trabalho — um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2006. (Teses FEE, n. 8).

